

PRIMÓRDIOS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM ALAGOAS: A ESCOLA DE APRENDIZES ARTÍFICES (1909-1937)

Autor (1): Mônica Costa Santos

Instituto Federal de Alagoas – IFAL, E-mail: monicac2080@gmail.com

Resumo: O presente estudo caracteriza-se como uma incursão inicial e visa contribuir para a recomposição da História do Ensino Profissionalizante em Alagoas por meio de pesquisa bibliográfica e documental sobre a Escola de Aprendizes Artífices de Alagoas (1909-1937). Essa investigação tem nos revelado alguns indícios importantes sobre o modelo de educação no interior da instituição, bem como a respeito de sua cultura institucional, as práticas de ensino, o tipo de currículo adotado pela instituição e o estereótipo de aluno e futuro homem que se queria formar para então nascente República. Além disso, busca-se conhecer elementos que particularizam a trajetória histórica da instituição em Alagoas, contribuindo para aprimorarmos a compreensão sobre a constituição do ensino técnico no Brasil e, especificamente, em Alagoas. A pesquisa encontra-se estruturada a partir da contextualização socioeducacional, econômica e política do período em que surgiram as escolas profissionalizantes no país, num enfoque historiográfico que considera a pluridimensionalidade da instituição educativa em foco, o que não significa descrevê-la laudatoriamente, mas explicá-la e integrá-la em uma realidade mais ampla, que é o seu próprio sistema educativo. Para alcançar os objetivos traçados, esta sendo realizado um levantamento de fontes documentais oficiais, como leis, portarias, decretos, atas e relatórios; além de revisão bibliográfica, a partir de produções que nos indicam elementos significativos a respeito da história da educação e da história da educação profissional alagoana e brasileira.

Palavras-chave: Educação Profissional, Escola de Aprendizes Artífices, Alagoas.

Introdução

A elaboração deste trabalho de pesquisa sobre a Escola de Aprendizes Artífices de Alagoas surgiu do interesse em contribuir para a recuperação da trajetória desta instituição de ensino profissionalizante, dentro do contexto da história da educação brasileira e, em específico, da história do ensino profissional. Quando nos detemos com maior atenção em leituras e pesquisas sobre os primórdios da educação profissionalizante em Alagoas, é possível constatar as lacunas históricas existentes.

Criadas em 1909, duas décadas após a proclamação da República, as Escolas de Aprendizes Artífices resultaram de uma ação distinta do presidente Nilo Peçanha, no âmbito político-educacional, difundindo os valores republicanos, por meio da modernidade pedagógica. Essas escolas podem ser caracterizadas pela transição do ensino de ofícios à consolidação do ensino profissional técnico federal, numa sociedade em que o trabalho livre começava a se estruturar como trabalho assalariado.

Naquele contexto, examinamos o significado político-administrativo e as consequências educacionais e culturais da iniciativa de federalização do ensino profissional. Esse empreendimento expressava o desejo de uma parcela da elite oligárquica, representada pelo grupo liderado pelo então presidente Nilo Peçanha. Para sustentar seu projeto político frente às oligarquias agroexportadoras mais poderosas, este grupo faz da educação parte de uma política pública de Estado preocupada em promover a valorização capital humano nacional e sua inserção social e política na ordem republicana segundo critérios de racionalidade e cientificidade típicas do início do século XX, num ambiente econômico de incipiente industrialização e progressiva demanda por mão de obra qualificada.

Dessa forma, foram os positivistas os primeiros a expressar sua posição sobre a educação profissional. Como ressalta Manfredi (2002, p. 80), “Os destinatários não eram apenas os pobres e “desafortunados”, mas, sim, aqueles que, por pertencerem aos setores populares urbanos, iriam se transformar em trabalhadores assalariados”. Dessa forma, a instalação e o aparelhamento do sistema de ensino profissional iriam constituir um processo institucionalizado de qualificação e disciplinamento dos trabalhadores livres dos setores urbanos (MORAES, 2001, p. 178).

Metodologia

A proposta de reconstruir e analisar a trajetória do ensino profissionalizante no estado, através do resgate histórico da Escola de Aprendizes Artífices de Alagoas, no período de 1909 a 1937, tem como objetivo investigar os vários aspectos que contribuíram para a organização desse tipo de escola e as relações existentes com a sociedade da época. Pretende-se ainda colocar em evidência aspectos da dimensão física da instituição, “como espaços, contextos e estrutura arquitetônica, que materializam em cada elemento de sua composição as opções, as concepções, valores e preocupações humanas de sua época”. E, por outro lado, ressaltar a dimensão humana, “os agentes, a relação entre professores, alunos, funcionários, as relações de poder, a participação de sua comunidade envolvente” (OLIVEIRA; GATTI JR, 2002, p. 74).

A elaboração deste trabalho implica na realização de uma (re)leitura da historiografia educacional de Alagoas, mais especificamente da educação profissionalizante, a partir dos pressupostos suscitados pelos debates dos pesquisadores ligados a Nova História francesa, enquanto abordagem possível do passado. A utilização

desse aporte teórico-metodológico revela-se, sobretudo na incorporação da noção temporal, na ampliação do sentido de fonte histórica e no estabelecimento de um diálogo constante com outros campos do conhecimento humano.

Tais aspectos são imprescindíveis para uma investigação total do objeto em foco, em virtude de sua complexidade e de seu caráter multifacetado.

A historiografia no campo educacional em Alagoas esteve por muito tempo vinculada a uma perspectiva historiográfica tradicional e tradicionalizante, constituída por trabalhos de caráter monográfico, nos quais a educação era tratada de forma superficial ou acessória. Em oposição à historiografia tradicional surgiu um novo olhar historiográfico, com um sentido mais amplo, complexo e abrangente sobre os espaços sociais destinados à educação escolar, atribuindo muita importância às suas singularidades e particularidades. Neste sentido,

“o itinerário seguido pelos pesquisadores que se preocupam em construir interpretações a respeito das Instituições educativas se pauta em apreender elementos que possam conferir às mesmas, um sentido histórico no contexto social de sua época, bem como suas influências até os nossos dias” (OLIVEIRA; GATTI JR, 2002).

A busca por mergulhar na interioridade da instituição a ser investigada, na tentativa de produzir uma historiografia que explique melhor os fenômenos e a realidade educativa revela o desejo de compreender as trajetórias de outros sujeitos, procurando romper com o processo de estereotipagem presente na historiografia da educação brasileira, é o ato inaugural que nos impele a verificar que o desejo que encontrou nos outros a oportunidade de manifestar-se em obras é, em nós, o móvel do esforço que nos leva a passar horas consultando arquivos ou a permanecer debruçados sobre uma mesa copiando informações, criando e recriando ideias (NUNES, 1990, p. 37). Nesse sentido, é importante destacar que:

Essas escolas formavam, desde a sua criação, todo um sistema escolar, pois estavam submetidas a uma legislação que as distinguiam das demais instituições de ensino profissional mantidas por particulares (fossem congregações religiosas ou sociedade laicas), por governos estaduais, e diferenciavam-se até mesmo de instituições mantidas pelo próprio governo federal. Em suma, as escolas de aprendizes artífices tinham prédios próprios, currículos e metodologia próprios, alunos, condições de ingresso e destinação esperada dos egressos que as distinguiam das demais instituições de ensino elementar (CUNHA apud MANFREDI, 2002, p.82).

Para melhor compreender as singularidades da instituição, bem como seus entrelaçamentos com o contexto local, regional e nacional, pretende-se explorar diversas fontes. É possível citar, por exemplo, os relatórios da

Escola de Aprendizizes Artífices de Alagoas de 1910 e 1913. Esses documentos foram solicitados à época pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Ambas as fontes, relatam as primeiras experiências de funcionamento da instituição; contratação de professores para ministrar os cursos; o número de alunos matriculados e materiais solicitados pela direção da escola. Esse importante material nos revela indícios sobre o modelo de educação no interior desta instituição, as práticas de ensino, o tipo de currículo adotado pela instituição e o estereótipo de aluno e futuro homem que se queria formar para então nascente República.

Resultados e Discussão: Tópicos sobre o ensino profissional em Alagoas e a Escola de Aprendizizes Artífices

Por meio do Decreto número 7.566, de setembro de 1909, o então presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, Nilo Peçanha, instituiu a criação das chamadas Escolas de Aprendizizes Artífices, voltadas para o ensino profissional primário e gratuito. O texto oficial estabelecia que: “Em cada umas das capitais dos Estados da República, o Governo Federal manterá, por intermédio do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, uma escola de Aprendizizes Artífices, destinada ao ensino profissional primário gratuito” (BRASIL, 1909). Quanto a formação dos educandos e a estrutura necessária para sua efetivação, o decreto presidencial garante que as Escolas serão custeadas pela União e deverão:

Formar operários e contramestres, ministrando-se o ensino prático e os conhecimentos técnicos ne necessários aos menores que pretendem aprender um ofício, havendo para isso até o número de cinco oficinas de trabalho manual ou mecânico que forem mais convenientes e necessários no Estado em que funcionar a Escola, consultadas, quanto possível, as especialidades das indústrias locais (BRASIL, 1909).

Ressalta-se que, naquele período, em Alagoas, não havia um parque industrial que justificasse a preparação de mão-de-obra qualificada.

Desde sua implantação, a Escola de Aprendizizes Artífices de Alagoas passou por grandes dificuldades. Os trabalhos de instalação foram iniciados em 1909 e tiveram que ser prolongados até o ano seguinte, pois o local cedido pelo governo do Estado estava em péssimo estado de conservação.

Ainda em relação ao ensino profissional em Alagoas, encontramos em Costa (In: Verçosa, 2001), importantes elementos que nos

aproximam da temática estudada. De acordo com o referido autor, ainda em 1854 foi criado o Colégio de Educandos Artífices, instituição em regime de internato para órfãos desvalidos. Os alunos matriculados faziam o curso de primeiras letras e aprendiam as artes de alfaiate e sapateiro, além do ensino de música vocal e instrumental.

Também localizado em Maceió, o Liceu de Artes e Ofícios funcionou entre 1889 e 1915, mantido por uma associação popular e subvencionado pelo governo. A escola funcionava no período noturno e eram ofertados cursos de tipografia, encadernação, marcenaria, alfaitaria e letras. Em 1900 foi reorganizado pelo governo e teve suas atividades encerradas definitivamente em 1915.

Craveiro Costa em texto intitulado “Instrução pública e Instituições Culturais de Alagoas”, escrito em 1931, registra ainda a existência de dois estabelecimentos com oferta de educação profissional, o Orfanato São Domingos e o Asilo das Órfãs, instituições particulares que recebiam recursos públicos. “Ambos, porém, apesar dos grandes benefícios que prodigalizam, ainda não encaram seriamente a educação profissional” (Craveiro Costa. In: Verçosa, 2001, p. 46).

O célebre historiador alagoano cita ainda o “Aprendizado Agrícola de Satuba”, que pertencia à jurisdição federal. Instituição que, segundo o autor:

“está há seis anos sob a administração do Estado, divididas as despesas pelos dois governos. Teve também esse educandário a sua finalidade desvirtuada durante cinco anos, transformando-se em escola de aprendizes artífices, de fins puramente industriais. Com operários contratados foram largamente explorados a indústria e comércio de mobiliário, calçado, roupas, etc. do ensino agrícola e utilidade correlatas, pouco ou quase nada foi ensinado aos educandos” (Craveiro Costa. In: Verçosa, 2001, p. 46).

Craveiro Costa segue seu relato sobre o ensino profissional em Alagoas, no período posterior à proclamação da República, evidenciando o estado de abandono do ensino agrícola no Aprendizado de Satuba. Citando uma mensagem do então Governador, Senhor Álvaro Corrêa Paes, de 1929, o autor revela o desapontamento em relação à instituição, cujo objetivo primordial era a formação para o campo: “Lamentável o estado em que se encontra o pomar. Atacados por todas as pragas criptogâmicas e entomológicas, as variedades de citrus devem ser substituídas. Além de registrar o estacionamento da cultura hortícola por falta d’água...” (Craveiro Costa. In: Verçosa, 2001, p. 46).

Em relação à Escola de Aprendizes Artífices, Costa é bastante comedido, afirmando apenas que a instituição, “benemérita criação de Nilo Peçanha, funciona regularmente e com proveito”

(Craveiro Costa. In: Verçosa, 2001, p. 47). Porém, o historiador finaliza seu texto com a seguinte assertiva: “Como se vê, não existe no Estado o ensino profissional organizado em bases seguras e com um fim educacional bem entendido”.

O Relatório elaborado por Miguel Guedes Nogueira, em 1910, apresenta as condições de funcionamento da Escola de Aprendizes Artífices de Alagoas, logo após a sua inauguração. Ainda segundo o referido autor, a instituição contava com 93 alunos matriculados, dos quais apenas 60 frequentavam os cursos elementar e de desenho regularmente.

Naquele período, a instituição ofertava dois cursos: o Curso Primário, que oferecia os cursos elementar e complementar e Curso de Desenho, com duração de quatro anos. Funcionavam ainda as oficinas de sapataria, marcenaria, serralharia, carpintaria e funilaria.

O relatório produzido em 1913 por Joaquim Goulart de Andrade, então diretor da Escola de Aprendizes e Artífices de Alagoas, em atenção ao ministro da Agricultura, Indústria e Comércio Dr. Pedro de Toledo, também aborda o funcionamento da instituição durante o ano de 1912, além de solicitar provimentos financeiros para a manutenção das atividades institucionais:

Em 1911, attendi com os fracos recursos dos creditos concedidos, pelas diversas sub-consignações da verba 8. á Delegacia Fiscal neste Estado, a reparos, caiações, pinturas, limpeza e concertos diversos, todos relativos aos asseio, segurança, conveniencia e conservação do edificio, conforme as contas enviadas á Directoria Geral de Contabilidade d’esse Ministerio. (ANDRADE, 1913, p. 4).

A precariedade da instituição fica evidente nos dois relatos oficiais. As dificuldades para garantir o bom funcionamento da escola caracterizam-se enquanto marcas indeléveis do período de sua fundação e funcionamento.

Averiguar a trajetória desta escola de ensino profissionalizante nos faz perceber o quanto esta modalidade enfrentou dificuldades desde a sua abertura em 1910 até o seu fechamento. Ainda que, a Escola de Aprendizes Artífices do Estado tivesse o custeamento do Governo Central, ainda assim os contratemplos foram muitos, desde a ausência de materiais até a falta de roupas e alimentos. Ou seja, os intentos do Governo Central não estiveram em sintonia com a dimensão do projeto de dar abertura a estas instituições de caráter profissionalizante (LIMA, 2016).

Mais recentemente, por ocasião da comemoração do centenário do ensino profissionalizante em Alagoas, a EDUFAL publicou a obra da professora Irene Bonan, intitulada “Da Escola de Aprendizes Artífices ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas (1909/2009): cem anos de história do ensino profissionalizante em Alagoas”. A pesquisa surgiu a partir do curso de

mestrado realizado pela autora no Programa de Pós-Graduação em Educação Popular da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação do professor Élcio de Gusmão Verçosa.

Bonan, que buscou estudar a natureza e os aspectos sociais e históricos da instituição, cuja origem está no atendimento dos chamados “deserdados da sorte”, explorando o contexto histórico e a evolução inicial do ensino profissionalizante em Alagoas. Especificamente, no terceiro capítulo, a autora aborda a trajetória da Escola de Aprendizes Artífices de Alagoas, a partir dos seguintes tópicos: Industrialização das Escolas de Aprendizes Artífices; O Estado Novo e os Liceus; e a Transformação da Escola de Aprendizes Artífices em Liceu Industrial de Alagoas.

A autora apresenta algumas características estruturais e organizacionais da Escola, após a mudança de prédio ocorrida ainda em 1910, por conta das limitações e precariedade do espaço inicialmente escolhido para abrigar a referida unidade de ensino. Esse novo espaço, construído em 1851 e que já havia abrigado o Liceu de Artes e Ofícios, o Quartel do Batalhão Policial e da Força de Segurança, além do Fórum, contava com salas de estudo, museu escolar, campo de manobras, salão de honra, gabinete de identificação, galeria dos homens ilustres e sala de armas. No local, que havia passado por reformas e aquisição de materiais, os alunos também tinham acesso a noções de higiene e limpeza do prédio (BONNAM, 2010).

Considerações finais

As Escolas de Aprendizes Artífices foram criadas após a proclamação da República pelo então presidente Nilo Peçanha. Essas escolas podem ser caracterizadas pela transição do ensino de ofícios à consolidação do ensino profissional técnico federal, numa sociedade em que o trabalho livre começava a se estruturar como trabalho assalariado. Trata-se de um processo institucionalizado de qualificação e disciplinamento dos trabalhadores livres dos setores urbanos.

Em Alagoas, encontramos registros de diversas iniciativas no âmbito do ensino profissionalizante, entre a segunda metade do século 19 e o início do século 20. Os relatórios publicados em 1910 e 1913, respectivamente, revelam elementos significativos em relação a fundação e funcionamento da Escola de Aprendizes Artífices de Alagoas. Especialmente, as dificuldades para garantir a manutenção e o bom funcionamento da escola.

Evidencia-se a precariedade daquela instituição, que fora gestada para atender as necessidades da então nascente República, com a

finalidade de garantir a formação de mão-de-obra, num contexto social e econômico marcado pelo início da industrialização e pela crescente demanda por trabalhadores qualificados.

Investigar a trajetória do ensino profissionalizante, evidenciando a Escola de Aprendizizes Artífices nos revela as dificuldades enfrentadas durante todo o período de sua existência. Mesmo contando com a subvenção do Governo Federal, a história da Escola de Aprendizizes Artífices foi marcada por uma série de imprevistos e improvisos. Em suma, mesmo se caracterizando como uma iniciativa do Governo Central, a efetividade do apoio anunciado ficou muito aquém do que era almejado e necessário para garantir um ensino profissionalizante em sintonia com as demandas existente naquele momento histórico.

Referências

- ANDRADE, J. G. **Relatório apresentado ao Dr. Pedro de Toledo Ministro da Agricultura, Indústria e Commercio**. Maceió: Typographia da Livraria Commercial, 1913. Disponível em <www.cedu.ufal.br/grupopesquisa/cea>. Acesso em 19 de julho de 2016.
- BONNAN, I. **Da Escola de Aprendizes Artífices ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas (1909/2009): cem anos de história do Ensino Profissionalizante em Alagoas**. Maceió, EDUFAL, 2010.
- _____. Ensino Profissionalizante em Alagoas: um capítulo dessa história nem sempre bem sucedida. In: VERÇOSA, E. G. **Caminhos da educação em Alagoas: da Colônia aos dias atuais**. Maceió: Edições Catavento, 2001.
- BRASIL. Decreto nº. 7.566 de 23 de setembro de 1909. Cria nas Capitais dos Estados da República Escolas de Aprendizes Artífices para o ensino profissional primário e gratuito. Coleções de Leis do Brasil. Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 31 dez. 1909.
- CARVALHO, M. A. M. **Nilo Peçanha e o percurso inicial da Escola de Aprendizes Artífices (1909-1930)**. VII Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 5ª Conferência Internacional de História Econômica. Disponível em: <<http://file:///c:/documents%20and%20settings/maq07/meus%20documentos/downloads/nilo%20peanha%20e%20o%20percurso%20inicial%20da%20escola%20de%20aprendizes%20artifices%201909-1930.pdf>>. Acesso em: 19 de julho de 2017.
- COSTA, C. Instrução Pública em Alagoas. In: VERÇOSA, Élcio de Gusmão. **Caminhos da educação em Alagoas: da Colônia aos dias atuais**. Maceió: Edições Catavento, 2001.
- CUNHA, L. A. **O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização**. São Paulo: Ed. UNESP, Brasília, 2000.
- FONSECA, C. S. **História do ensino profissional no Brasil**. 5. ed. Rio de Janeiro: SENAI, 1986.
- GATTI JÚNIOR, D. **História e historiografia das instituições escolares: percursos de pesquisa e questões teórico-metodológicas**. Revista Educação em Questão, Natal, v. 28, n. 14, p. 172-191, jan./jun. 2007.
- _____. A história das instituições educacionais: inovações paradigmáticas e temáticas. In: ARAÚJO, J. C.; G. JR, D. (Org.). **Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa**. Campinas: Autores Associados; Uberlândia (MG): EDUFU, 2002.
- GONDRA, J. G.; SILVA, J. C. S. [Orgs.]. **História da educação na América Latina: ensinar & escrever**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2011.
- _____. **Tecendo nexos: história das instituições educativas**. Bragança Paulista (SP): Editora Universitária São Francisco, 2004.
- LIMA, M. S. Entre rastros e pistas da memória da Escola de Aprendizes Artífices de Alagoas (1910-1913). Congresso Internacional de História “Novas Epistemes e Narrativas Contemporâneas”, set./2016. Disponível em <http://www.congressohistoriajatai.org/2016/resources/anais/6/1477949010_ARQUIVO_ENTREOSR_ASTROSEPISTASDAMEMORIADAESCOLADEAPRENDIZESARTIFICESDEALAGOAS.pdf>. Acesso em 16 de maio de 2017.
- MANFREDI, S. M. **Educação Profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.
- NOGUEIRA, M. G. **Relatório apresentado ao Dr. Pedro de Toledo Ministro da Agricultura, Indústria e Commercio**. Maceió: Livraria-fonseca, 1910. Disponível em <www.cedu.ufal.br/grupopesquisa/cea>. Acesso em 19 de julho de 2016.
- NUNES, C. **História da Educação: espaço do desejo**. In: Revista em Aberto. Brasília, ano IX, n.º 47, jul/set, 1990.
- OLIVEIRA, L. H. M. M. & G. JR, D. **História das instituições educativas: um novo olhar historiográfico**. Cadernos de História da Educação. v. 1. n.º 1. jan./dez. 2002.
- VERÇOSA, É. G. **Cultura e Educação nas Alagoas: História, histórias**. 4ª ed. Maceió: EDUFAL, 2006.